

Aureliano já tem material de propaganda mas prefere esperar

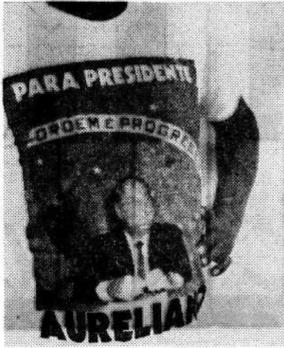
Rogério Coelho Neto

Se dependesse apenas de material de propaganda estocado, a candidatura do ministro Aureliano Chaves à sucessão do presidente José Sarney poderia decolar a qualquer momento. Somente o cacauilator, Luís Príncipe, filho do ex-deputado Hermógenes Príncipe, que fez escola no PSD baiano, tem prontas, para serem lançadas nas ruas, 300 mil camisetas e 150 mil faixas. Um grupo de empresários paulistas, por sua vez, prepara um grande projeto publicitário, que envolverá televisão, rádio e jornal. Mas Aureliano continua achando que não está perdendo a oportunidade de deflagrar a sua campanha:

— Ninguém perdeu trem algum até agora, porque o trem da sucessão ainda não passou. Por enquanto, prefiro ficar atento na estação.

Luís Príncipe era uma das 150 pessoas que foram receber Aureliano, na manhã de ontem, em sua chegada de Nova Iorque, depois de uma viagem de 20 dias pela Hungria, Austrália, Alemanha e Estados Unidos. O ministro definiu o giro pelo exterior como sendo de caráter técnico. Na prática, porém, ele deixou o país a conselho de amigos, entre eles o ex-presidente Ernesto Geisel, com o objetivo de sair do centro do intenso tiro político que se seguiu à fixação do mandato de Sarney em quatro anos pela Comissão de Sistematização da Constituinte. Príncipe queria saber se podia deflagrar a campanha, mas Aureliano lhe pediu para esperar um pouco, justificando:

— Meus amigos querem que eu tome uma posição apressada na sucessão. Vou, no entanto, por uma questão de estilo, seguir um caminho marcado pela ponderação e pela segurança. O importante

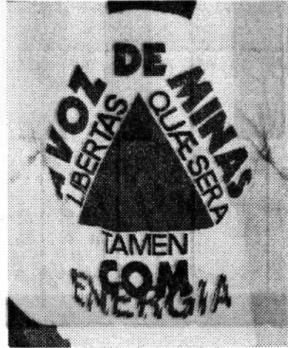


Camisetas de Aureliano exploram tema da Inconfidência

agora não é saber quem é ou quem deve ser candidato, mas preservar a vida democrática. O vértice do nosso futuro democrático é a Constituinte. Ninguém pode, de sua consciência, se declarar candidato, sem saber qual o regime de governo que vai prevalecer.

Prévias — Aureliano seguiu do Aeroporto Internacional do Rio para Itaipava, no município de Petrópolis, onde participou, no Cetrecon (Centro de Treinamento da Companhia de Serviços Auxiliares de Minas e Energia), de uma reunião de todos os conselhos de administração do seu ministério. Hoje à noite, em São Paulo, vai aproveitar uma solenidade de homenagem a técnicos da Petrobrás para conversar com empresários paulistas, entre eles o presidente do Grupo Votorantim, Antônio Ermírio de Moraes.

Ainda no aeroporto, o ministro das Minas e Energia recebeu telefone do presidente nacional do PFL, Marco Maciel, informando-o de que vai realizar,



Reprodução

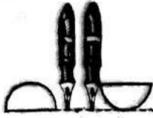
como é do seu desejo, em fevereiro, simultaneamente com as convenções municipais do partido, prévia para saber como as bases pefelistas encaram a sucessão de Sarney. Não haverá formulário com perguntas definidas. A consulta será encaminhada a cada integrante do partido, de maneira improvisada: em uma folha em branco, ele dirá o que quiser.

O representante do ministério das Minas e Energia no Rio, ex-deputado Vitorino James, disse que uma consulta preliminar realizada pelo presidente nacional do PFL, nos últimos 15 dias, mostrou que 90% das bases do partido querem Aureliano candidato. O ministro não se mostra, porém, sensibilizado com essa manifestação prematura de apoio. Ao general Meira Mattos, que foi cumprimentá-lo e desejava saber se ele se considerava candidato, Aureliano respondeu usando um ditado mineiro:

— Quem tem pressa bebe sopa muito quente e acaba queimando a boca. Eu prefiro esperar a sopa amornar.

Direita ganha mas esquerda sai na frente

O parlamentarismo como sistema de governo está vivo e forte entre os constituintes. Em seu apoio, 285 constituintes tinham subscreto, até a manhã de ontem, a primeira emenda a alcançar o quorum de assinaturas estabelecido pelo novo regimento da assembleia e a ganhar, assim, automaticamente, o direito à preferência na hora da votação em plenário. Na noite da quarta-feira, poucos minutos antes de a Constituinte decidir se o voto ou a assinatura confeririam a preferência, a emenda parlamentarista já exibiu 272 autógrafos.



O deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE), que se encarregara de reconhecê-los, contabilizou 280 mal o plenário acabara de decidir que a assinatura, e não o voto, determinaria a preferência. Foi o *Centrão*, liderado pela direita na assembleia, quem propôs e conseguiu impor critérios das assinaturas para obtenção, imediata, de preferência. Ironicamente, foi Ferreira Lima, um dos líderes da esquerda, quem primeiro soube tirar proveito do dispositivo incluído pelo *Centrão* no novo regimento.

O diagnóstico produzido por Maciel é compartilhado por Ferreira Lima. Inspirador e cérebro principal do antigo grupo dos *autênticos* do então MDB, constituinte independente e equilibrado, a ponto de ter sua atuação publicamente elogiada por colegas que vão de Luiz Inácio Lula da Silva e Jarbas Passarinho, Ferreira Lima está certo de que o parlamentarismo será adotado e, possivelmente, já a partir da promulgação da nova Constituição.

O desgoverno, acredita o deputado, conspira a favor do "parlamentarismo, já". Ferreira Lima argumenta: "O que tem sido o governo Sarney até agora? Na prática, tem sido um parlamentarismo mal conduzido, que já mudou três vezes o ministério e que ainda não conseguiu acertar." Não impressiona

As assinaturas que o deputado colecionou ocupam meia dúzia de folhas desacompanhadas do teor da emenda parlamentarista que ainda será elaborada. Foram concedidas, em sua maioria, por senadores e deputados que, de fato, preferem o parlamentarismo ao presidencialismo como sistema de governo — mas há algumas entre elas que significam, apenas, apoio ao oferecimento da emenda, não compromisso para aprová-la. É praxe no Congresso um parlamentarista assinar uma emenda e, depois, votar contra ela.

Os que assim procedem costumam geralmente registrar, logo após seu autógrafa, a expressão "em apoio". O senador Marco Maciel, presidente do PFL, assinou o papel que Ferreira Lima lhe exibiu sem recorrer à expressão usual. Maciel, presidencialista convicto, considera o parlamentarismo uma alternativa não descartável, a depender da evolução da crise política que engolfa o país. Ao seu ver, por sinal, a crise econômica decorre da crise política, da ausência de governo, da falência da autoridade do presidente da República.

O diagnóstico produzido por Maciel é compartilhado por Ferreira Lima. Inspirador e cérebro principal do antigo grupo dos *autênticos* do então MDB, constituinte independente e equilibrado, a ponto de ter sua atuação publicamente elogiada por colegas que vão de Luiz Inácio Lula da Silva e Jarbas Passarinho, Ferreira Lima está certo de que o parlamentarismo será adotado e, possivelmente, já a partir da promulgação da nova Constituição.

O desgoverno, acredita o deputado, conspira a favor do "parlamentarismo, já". Ferreira Lima argumenta: "O que tem sido o governo Sarney até agora? Na prática, tem sido um parlamentarismo mal conduzido, que já mudou três vezes o ministério e que ainda não conseguiu acertar." Não impressiona

na o deputado a preferência pelo presidencialismo dos governadores do PMDB, candidatos em potencial à sucessão de Sarney. Pelo contrário: "O conflito entre eles retirará muita força que poderiam demonstrar para derrotar o parlamentarismo em plenário."

De resto, quatro governadores, pelo menos, são parlamentaristas — os de Bahia, Goiás, Espírito Santo e Rio Grande do Sul. O senador Mário Covas, aspirante à sucessão presidencial, aderiu, de vez, ao parlamentarismo. O ex-governador Franco Montoro retornou de uma viagem ao exterior reafirmando sua candidatura a presidente e o parlamentarismo como sistema de governo. No início desta semana, o deputado Ulysses Guimarães anunciou que não tem mais compromisso com a defesa de cinco anos de mandato para Sarney. Não fará mais qualquer declaração a respeito.

Ultimamente, Ulysses passou a exibir um insuspeitado interesse pela sorte do parlamentarismo na Constituinte — ele que sempre declarou ser presidencialista desde criança. Há dez dias, cobrou de um amigo: "É preciso ver esse parlamentarismo que está sendo proposto. A figura do chefe de Estado está cheia de poderes". No parlamentarismo, o chefe de Estado é o presidente. O primeiro-ministro é o chefe de governo — função, segundo Ferreira Lima, "especialmente talhada para ser exercida por Ulysses. Quem, mais do que ele, tem credenciais para isso?"

Na noite da última quarta-feira, Ulysses não escondeu seu espanto quando Ferreira Lima lhe disse que a emenda parlamentarista atingira as 280 assinaturas. "Já tudo isso?", duvidou. Sorriu, discretamente, e foi embora.

Ricardo Noblat

Por que sou a favor dos cinco anos



Rapuá Costa Júnior (PMDB-RO) — "O transitório não pode sobrepor-se ao permanente. Permanente é a Constituição, a questão mais importante para nós neste momento. Abreviar o mandato do presidente Sarney traria de imediato um engajamento das principais lideranças da Constituinte em campanhas eleitorais, em detrimento da elaboração da nova Carta. Mais importante para o Brasil, que ficou paralisado durante este ano, é a sua conclusão. Não acredito que se o plenário aprovar os cinco anos, como deverá acontecer, haverá reação popular em favor das eleições em 88."



Alercio Abílio (PMDB-PR) — "Os políticos de modo geral, e o PMDB como partido majoritário, não tiveram sensibilidade para compreender que Sarney é o melhor presidente que o país poderia ter tido nesse período de transição. Ele ofereceu tolerância e equilíbrio, mas os políticos não o deixaram governar. O dr. Ulysses quer interferir em todos os atos administrativos, indicando alguns ministros e vetando outros. E o homem fica amarrado, vindo de longe o desenrolar dos acontecimentos. Mesmo assim, acho que ele deve ficar cinco anos."

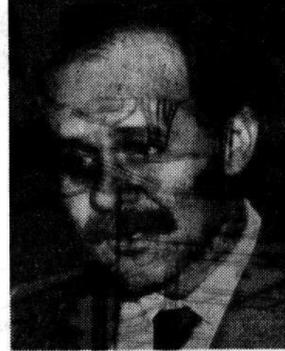


Nelson Sabrá (PFL-RJ) — "É da tradição republicana o mandato de cinco anos. Se começássemos agora a reduzir mandatos por estarmos insatisfeitos com os governantes, acabaríamos por cassar prefeitos e governadores só por não concordarmos com suas administrações. Reduzir o mandato de Sarney de cinco para quatro anos representaria um golpe. Somente o próprio presidente tem direito de se manifestar a respeito. Muitas vezes é melhor sobreviver à crise dentro de um mesmo governo e garantir a manutenção da democracia."

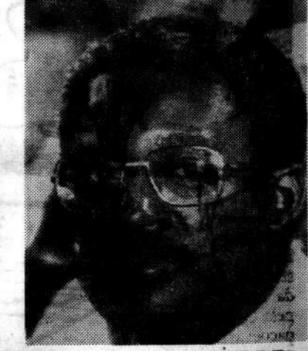
Por que sou a favor dos quatro anos



Domingos Leonelli (PMDB-BA) — "O país precisa de um novo governo imediatamente porque o que está aí não consegue formular proposta alguma. Tem contradições internas que o imobilizam. Possui um ministério tão heterogêneo quanto incompetente. Até propostas boas, como a taxa sobre os ganhos de capital, feita pelo ministro da Fazenda, Bresser Pereira, não conseguem ser implementadas por falta de credibilidade. Parlamentarismo em maio de 88 e eleições presidenciais em novembro — esta a saída para a crise que o país atravessa."



Paulo Ramos (PMDB-RJ) — "O governo não tem mais salvação. Hoje não consegue mais nem implantar medidas de interesse da população porque, desde o fracasso do Plano Cruzado, que foi fraudado pelo grande capital, perdeu completamente a credibilidade. O governo Sarney não conseguiu se legitimar e distanciou-se muito das aspirações populares. Se alguns insanos não compreenderem que Sarney já se esgotou e que a realização de eleições diretas em 88 é o único caminho para se restaurar a esperança do povo brasileiro, o final deste governo será marcado pela desordem nas ruas."



Carlos Alberto Guá (PDT-RJ) — "O povo está se manifestando, chateado e expressivamente, pela realização de eleições para presidente imediatamente após a promulgação da Constituição e é preciso respeitar essa vontade. Além disso, estamos vivendo uma situação de total ingovernabilidade. Se as eleições forem prorrogadas, as crises poderão culminar numa grande convulsão. A população não acredita, não confia em decisão alguma do governo, que também é contestada por setores do empresariado. Se a Constituinte não aprovar os quatro anos, temos de estar preparados para o pior."

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S.A.
RFFSA

AVISO

A Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima, Sociedade de Economia Mista, vinculada ao Ministério dos Transportes da República Federativa do Brasil, comunica que fará realizar Concurso Público para execução de obras de recuperação da infra e superestrutura, no trecho General Carneiro a Vespasiano da linha General Carneiro a Sete Lagoas, da Superintendência Regional de Belo Horizonte — SR-2.

Essas obras, financiadas por recursos do Governo Federal, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e da própria RFFSA constituem o Lote CP-07/SUPRE/87.

As propostas deverão obedecer ao estabelecido no Edital, que deverá ser adquirido entre os dias 14 e 23 de dezembro (inclusive) de 1987 na Superintendência de Programas Especiais, no Edifício Sede da RFFSA, situado à Praça Procópio Ferreira nº 86, sala 1.109, Rio de Janeiro, e na Sede da Superintendência Regional de Belo Horizonte — Rua Sapucaí nº 383, Bairro Floresta, Belo Horizonte — MG, no horário das 09:00 às 11:30h e 14:00 às 16:00h, ao preço de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzados).

As propostas serão recebidas no 5º andar da Superintendência Regional de Belo Horizonte — SR-2, situada à Rua Sapucaí nº 383, Bairro Floresta, Belo Horizonte — MG, às 09:00h do dia 28/01/88.

Poderão participar empresas estabelecidas em Países membros do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), Suíça e Formosa.

A RFFSA se reserva o direito de recusar as propostas que não atenderem aos seus interesses.

Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1987

Superintendência de Programas Especiais

Fotos de 50 anos de política vão à venda em Minas

BELO HORIZONTE — Com um anúncio de destaque no primeiro caderno do jornal *Estado de Minas*, no último domingo, o fotógrafo José Góes, 50 anos, há 35 na profissão, pôs à venda um acervo fotográfico histórico de 3 mil fotos de Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e Tancredo Neves, arquivadas de 1930 a 1985. Em outro anúncio, publicado abaixo do primeiro, Góes põe também à venda 5 mil peças mostrando vistas de Belo Horizonte e acontecimentos políticos, sociais, esportivos e religiosos na cidade, desde os tempos em que ela se chamava Arraial do Curral del Rey nos dias atuais.

José Góes, que anunciou apenas "a nata" de seu arquivo, segundo definiu, pede cerca de Cr\$ 25 milhões, incluindo aí o restante de seu acervo que, garante, tem perto de um milhão de fotos de cidades mineiras, além de "casamentos, bailes, batizados e outros acontecimentos de menor importância". Ele disse ter estabelecido o preço de "filme virgem" para seu material, por estar "cansado de procurar ajuda dos governos, durante 10 anos, para montar um museu contando, em fotografias, a História de Minas Gerais".

— Estou desgostoso com tudo isso. Lutei muito, durante 30 anos, para formar o arquivo, comprando acervos particulares, recuperando chapas e reunindo o meu próprio material. Há cinco anos tentei vender, mas minha tentativa foi infrutífera. Um ano depois, veio aqui o pessoal da Funarte: fizeram um levantamento, ficaram impressionados, disseram que era 100 vezes maior que o maior arquivo que havia por aí. Mas nunca fizeram nada de concreto — disse José Góes, que foi fotógrafo do governo Bias Fortes (1956-61) e acompanhou Juscelino Kubitschek como presidente.

Góes diz que aceita vender separado o material que tem de Tancredo Neves, ou o de Getúlio, ou ainda o de Juscelino. "Ou só a história de Belo Horizonte, tudo para facilitar a venda. O que não quero é encerrar o próximo ano com este arquivo em minha casa, ocupando duas salas, enquanto as autoridades não me ajudam a preservá-lo".

Góes, que tem vasto material das campanhas de Tancredo Neves para governador em 1960 (quando foi derrotado por Magalhães Pinto) e em 1982, guarda ainda fotos dos principais políticos brasileiros das últimas décadas.



Desiludido, Manoel Ramos não sabe se sai candidato nas eleições de 1990

Deputado adere a quem fala mal de político

Ele se sente melhor em sua empresa do que na Assembleia

RECIFE — "A política está de fazer nojo, e o povo tem razão de não acreditar em político." Esta frase poderia ser de qualquer pessoa, em qualquer cidade brasileira, mas o seu autor é um político, o deputado estadual Manoel Ramos (PFL), 56 anos, cinco filhos e quatro netos.

Manoel Ramos diz que cansou de ser cobrado pelos eleitores (com 27 mil votos em 1986, foi a quarto mais votado do seu partido): "Todo mundo que me encontra fala mal dos políticos, inclusive de mim. Acabo entrando na onda. Resolvi vestir a carapuça: falo mal dos políticos também, pois não estamos fazendo nada mesmo."

O deputado até já tomou uma decisão: "Na eleição de 1990, só me candidato se houver uma manifestação clara dos prefeitos e dos

eleitores dos municípios em que fui votado, no Agreste e no Sertão." Manoel Ramos é um dos deputados que menos comparece à tribuna da Assembleia Legislativa. — "Vou dizer o quê?" — e acaba de passar oito meses de licença, após ter sido operado para receber três pontes de safena. Ele nega que tenha exagerado na licença — "Não desejo essa operação a ninguém, nem aos inimigos" — mas, nesse tempo, passava parte do dia em sua empresa.

"Em minha empresa", diz ele, "me sinto mais feliz do que na Assembleia. Lá, eu não posso fazer nada pelos eleitores. Sou de oposição, o povo não entende e, ainda por cima, a Assembleia não resolve problema nenhum."

Ramos afirma que é desgastante ser político nesta época de crise: "O povo quer emprego, salário, e resolver os problemas do Brasil. A gente não pode fazer nada disso, ou se começa a reconhecer isso, ou se vai acabar sendo hostilizado nas ruas."

Ramos é conhecido na Assembleia por seu clientelismo, e parte do seu desencanto é atribuído, pelos colegas, ao fato de ele não estar podendo nomear pessoas como fazia até o ano passado, quando o PFL estava no governo. Ele nega: "O governador que menos me atendeu foi Roberto Magalhães: a questão é de desencanto mesmo. O povo não quer mais saber de político, não adianta esperar coisa melhor. Pode ser que no futuro o Brasil resolva seus problemas e, então, seja bom entrar na política. Hoje, não aconselho isso a ninguém."

Nos últimos anos, Ramos tem amargado algumas decepções. Diretista, apostou em Paulo Maluf e ganhou a antipatia de Roberto Magalhães e, na campanha passada, apoiou o candidato a governador José Múcio Monteiro e perdeu. Agora está sendo forçado pelos prefeitos a entrar no Partido Municipalista Brasileiro (PMB) mas ainda não se definiu: "Nem sei se vou continuar político."

CASA DA MOEDA DO BRASIL

TOMADA DE PREÇOS

TP	OBJETO	ENCERRAMENTO
0901/87	Recipiente Emplhável	29/12/87 às 15:00h
0914/87	Máquinas Operatrizes	29/12/87 às 15:30h
1290/87	Painéis Divisórios e Montantes	29/12/87 às 10:00h
1291/87	Mobiliários	29/12/87 às 11:00h

Os interessados poderão obter os editais e demais informações na Seção de Compras — SECP, Rua René Bittencourt, 371 — Distrito Industrial de Santa Cruz — RJ.